TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA – ISC

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – FACE/UnB

FACULDADE DO GAMA – FGA/UnB

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO

2011

SUMÁRIO

Conteúdo

1 Identificação 3
2 Justificativa 4
3 Histórico 5
4 Objetivos 7
5 Público-Alvo 8
6 Concepção do Curso 8
7 Coordenação 9
8 Carga Horária 10
9 Período, Periodicidade e Horário 10
10 Conteúdo Programático 10
11 Corpo Docente 13
12 Metodologia 17
13 Interdisciplinaridade 17
14 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 18
15 Atividades Complementares 18
16 Tecnologia 18
17 Infraestrutura Física 19
18 Seleção e Matrícula 19
19 Controle de Frequência 19
20 Sistemas de Avaliação 19
21 Certificação 21

1 Identificação

1.1 Nome do curso

Especialização em Governança de Tecnologia da Informação (GTI)

1.2 Áreas do conhecimento

6.02.00.00-6 – Administração

6.03.00.00-0 – Economia

6.07.00.00-9 – Ciências da Informação

9.01.93.00-0 – Engenharia/Tecnologia/Gestão

1.3 Forma de oferta

Presencial

1.4 Instituição promotora

Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU) em parceria com a Universidade de Brasília.

1.5 Número de vagas:

Serão ofertadas 34(trinta e quatro) vagas, assim distribuídas: 12 (doze) para os servidores lotados na Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação – STI; 12 (doze) para os servidores lotados na Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação – Setic; 5 (cinco) para os servidores lotados na Assessoria de Segurança da Informação e Governança de Tecnologia da Informação – Assig; 5 (cinco) para os servidores lotados na Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação – Sefti. Na hipótese de alguma das vagas acima descritas não ser preenchida por servidor lotado em uma das unidades referidas, essa vaga poderá ser preenchida por qualquer servidor do TCU, lotado em Brasília, desde que selecionado de acordo com as regras do edital de seleção ou disponibilizadas para o público externo para as instituições participantes da TIControle

2 Justificativa

O Instituto recebeu em 2009 das unidades de TI, proposta de capacitação com o intuito de oferecer formação aos seus servidores. Devido à abrangência dos temas abordados na solicitação, percebeu-se que uma das alternativas para atendimento daquela demanda seria implementar ação educacional de pós-graduação que permitisse ao servidor, além de adquirir novos conhecimentos e enriquecer experiências, produzir conhecimento a ser incorporado ao ambiente organizacional.

No contexto das discussões sobre a escolha da área na qual ocorreria a pós-graduação, verificou-se que a Sefti realizou o primeiro levantamento de governança de TI, resultando no Acórdão nº 1.603/2008-TCU-Plenário.

Nesse Acórdão, foi determinado à Sefti a realização de novos levantamentos, com o objetivo de acompanhar e manter base de dados atualizada com a situação de governança de tecnologia da informação (TI) na Administração Pública Federal (APF).[1] O "Levantamento de Governança de TI 2010" teve como um de seus objetivos estabelecer indicadores que permitissem à Sefti acompanhar a evolução ocorrida no período entre dois levantamentos e comparar desempenhos entre instituições e setores governamentais. Buscou-se, dessa forma, subsidiar os processos de planejamento de ações de controle do TCU e também fornecer parâmetros que permitissem às próprias instituições avaliadas melhor direcionar esforços para alavancar a governança de sua TI.[2] Em comparação com as demais instituições públicas, o TCU encontra-se classificado acima da média geral e das médias por segmento de atividade.

De modo geral, a Sefti concluiu:

> *"A partir dos dados coletados, observou-se que a situação da governança de TI na APF é bastante heterogênea. A área de segurança da informação continua a chamar atenção pelos altos índices de não-conformidade, sugerindo que, de forma geral, as organizações públicas, além de não tratarem os riscos aos quais estão expostas, os desconhecem.*
> *[...]*
> *Assim, existe um campo abrangente para atuação deste Tribunal na área de governança de TI na APF. Ainda que em algumas áreas a evolução tenha sido acanhada, em outras verifica-se que o papel do TCU como indutor do amadurecimento da governança de TI pode ser sentido e avaliado de forma positiva."*[3]

---

[1] RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO - TC nº 000.390/2010-0

[2] Levantamento de Governança de TI 2010 - Resultado retornado para a instituição respondente: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

[3] RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO - TC nº 000.390/2010-0

Nesse sentido, é de suma importância que o TCU adote boas práticas de governança de TI não somente para garantir que o Tribunal alcance níveis de maturidade que permitam que a TI agregue mais valor ao negócio, mas também para se tornar exemplo para a APF, obtendo credibilidade moral e técnica perante seus auditados ao seguir as recomendações feitas pela Sefti ao próprio TCU.

O conceito de que governar a TI ainda não está amplamente difundido no TCU, motiva a iniciativa desta pós-graduação que promoverá a aquisição de novos conhecimentos de governança de TI relativos à estruturação de processos de trabalho, definição de papéis e proposição de normas e procedimentos que atendam aos interesses institucionais, além de contribuir sobremaneira para o aperfeiçoamento de controles internos aplicados à gestão dos riscos associados à consecução dos objetivos estratégicos das organizações.

Dessa forma, percebeu-se oportunidade de discutir e refletir sobre práticas e modelos a serem adotados no Tribunal em um ambiente acadêmico no qual pudessem ser gerados projetos para o aprimoramento da gestão de TI nesta Corte.

3 Histórico

3.1 Institucional

3.1.1 Instituto Serzedello Corrêa – ISC

Criado por lei federal (art. 88 da Lei 8.443, de 16/07/1992), o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) é assim denominado em homenagem a Inocêncio Serzedello Corrêa, personalidade fundamental na criação do Tribunal de Contas da União (TCU). O ISC foi concebido pelo ideal de propiciar condições para o desenvolvimento humano e organizacional do Tribunal, provendo a Secretaria do TCU de pessoas qualificadas para o exercício das atividades de controle externo da administração pública.

Conforme disciplina a Resolução-TCU 214, de 20/08/2008, o ISC tem por finalidade propor e conduzir políticas e ações de educação corporativa, gestão do conhecimento organizacional, bem como a seleção externa de servidores. Sua missão é o desenvolvimento de competências para o controle da gestão pública. Com vistas ao cumprimento de sua missão, cabe ao ISC garantir a seleção de servidores qualificados; promover treinamentos, ações de desenvolvimento de competências e de aperfeiçoamento

profissional; fomentar a produção de estudos e pesquisas de interesse do Tribunal; aprimorar as atividades de documentação (biblioteca) e de editoração de publicações técnicas do TCU.

A atuação do ISC em pós-graduação teve origem em 1995, com a contratação de vagas em cursos oferecidos por outras instituições. Esse mecanismo evoluiu para a contratação de curso in company, para turmas fechadas de servidores. Até 2001, foram beneficiados cerca de 300 servidores com ações de pós-graduação, em áreas como políticas públicas, direito, gestão do conhecimento, administração e auditoria de obras. A experiência adquirida e a crescente demanda por especialização levaram o ISC a desenvolver um projeto de criação de um programa próprio de pós-graduação na área de controle externo, haja vista o TCU ser detentor de conhecimento na área específica, possuir corpo técnico com titulação profissional e acadêmica reconhecidas e instalações adequadas ao desenvolvimento desse tipo de atividade, como preceituava o Parecer CNE/CES nº 908/1998.

Com a autorização concedida por meio da Portaria MEC 2.017/2001 e do Parecer 1.128/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE), o ISC foi autorizado a promover e certificar cursos de pós-graduação lato sensu. Já em 2002 foram certificados 45 servidores como especialistas em controle externo e, desde então, o ISC vem mantendo uma média de 60 servidores beneficiados por ano com ações de pós-graduação (incluídas as concessões de bolsas de estudo).

3.1.2 Universidade de Brasília - UnB

A Universidade de Brasília foi fundada em 21 de abril de 1962, com base no ideal de que uma universidade em Brasília disseminaria conhecimento por todo o país com mais facilidade. Desde a sua fundação, a Universidade de Brasília firma-se como uma das melhores universidades do país, tanto por seu pólo de pesquisa quanto pela formação de seus alunos e pela qualidade de seus professores. Uma grande preocupação da Universidade de Brasília é manter o caráter social da instituição. Assim, os seus projetos beneficiam a sociedade de modo geral e captam recursos a fim de melhorar a própria Universidade. Isso contribui para que a UnB seja, atualmente, um dos melhores centros de pesquisa do país, com professores que desenvolvem pesquisas de ponta para o Brasil e para outros países, ajudando no avanço do conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico. Atualmente, possui mais de 1.900 professores e cerca de 2.525 servidores. A UnB oferece 103 cursos de graduação, 64 de mestrado, 45 de doutorado e 73 especializações.

A Faculdade de Administração (FA) criada em 1970, passou a ser chamada de Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação (FACE) após a

aprovação por unanimidade do Conselho Universitário (Consuni) em 2003 e passou a agregar mais um Departamento, o de Economia. A FACE agora é integrada por quatro Departamentos: Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais e Ciência da Informação e Documentação. Ela oferece cursos de graduação em Economia, Administração, Arquivologia, Biblioteconomia e Ciências Contábeis. A FACE conta com mestrados em Economia, Administração, Biblioteconomia e Documentação e Ciências Contábeis, e três doutorados, em Economia, Administração e Ciências da Informação.

A Faculdade do Gama (FGA) abriga cursos da UnB voltados para tecnologia de ponta e iniciou suas atividades em 2008. Oferece atualmente os seguintes cursos de graduação: Engenharia Automotiva, Engenharia de Software, Engenharia Eletrônica e Engenharia de Energia. Na área de pós-graduação estão sendo oferecidos os cursos de Especialização em Engenharia Clínica, Mestrado em Engenharia Biomédica e Mestrado em Integridade de Materiais da Engenharia.

3.2 Curso

O curso de Especialização em Governança de Tecnologia da Informação (GTI), uma pós-graduação lato sensu, é uma ação de formação continuada. Por ser um curso de longa duração, tem como característica principal o encaminhamento do servidor à autonomia discursiva nessa área de conhecimento, permitindo que atue qualificadamente em projetos, discussões e assessoramento da alta administração do Tribunal na área de GTI, entregando produtos que apóiem o desenvolvimento dessa área, segundo demandas que lhe forem dirigidas.

Além disso, como o curso exige a produção de um trabalho de conclusão de maior abrangência e profundidade, ligado à área de atuação profissional e alinhado aos objetivos estratégicos da Corte, o servidor poderá apresentar projetos e desenvolver produtos, com o objetivo de avançar e consolidar a Governança de TI no Tribunal, com reflexos positivos no curto e médio prazo.

O curso também visa contemplar demandas de desenvolvimento de competências e especialização do corpo técnico das unidades que representam o público-alvo do curso estabelecido no item 5.

4 Objetivos

4.1 Objetivo Geral

Especializar servidores e fomentar a geração, aplicação e disseminação de conhecimentos e o desenvolvimento de competências na administração pública na área de Governança de Tecnologia da Informação (TI), com foco no suporte aos processos decisórios, na gestão de riscos e controles internos e na conscientização institucional da Governança de TI como elemento estrategicamente articulado para a consecução dos objetivos organizacionais.

4.2 Objetivos Específicos

a) Propor estruturas de governança que respondam às necessidades de informação da alta administração e do pessoal de TI;

b) Oferecer aos participantes oportunidades para a reflexão crítica e aquisição de novos conhecimentos sobre governança de TI relativos à estruturação de processos de trabalho, definição de papéis e proposição de normas e procedimentos que atendam aos interesses institucionais;

c) Contribuir para criação e manutenção de controles internos aplicados à gestão dos riscos associadas à consecução dos objetivos estratégicos da organização;

d) Elaborar estudos específicos alinhados aos objetivos estratégicos do TCU para o aprimoramento das atividades ligadas à governança de TI.

5 Público-Alvo

O público-alvo do curso são os servidores do Tribunal de Contas da União lotados em Brasília-DF, sendo que, em iguais condições no processo seletivo, a preferência para ocupação das vagas será dada aos servidores lotados nas seguintes unidades: Assessoria de Segurança da Informação e Governança de TI (Assig), Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefit), Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação (STI) e Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (Setic).

6 Concepção do Curso

A estrutura do curso é composta por 10 (dez) disciplinas, distribuídas em 2 (dois) domínios, perfazendo um total de 368 horas/aula. O domínio comum compreende 2 (duas) disciplinas – Metodologia da Pesquisa e Tópicos Especiais em Governança de TI – ministradas nos dois semestres de estudos, a fim de dar suporte à elaboração do TCC. O domínio específico corresponde 8 (oito) disciplinas próprias da área de especialização.

Para a formatação do Curso de Especialização em Governança de Tecnologia de Informação, foram adotadas as providências de discussão dos elementos necessários para viabilizar a ação educacional de acordo com necessidades de formação no âmbito das secretarias envolvidas. Por meio de reuniões e discussão em ambiente virtual definiram-se as características mínimas que deveria ter o curso e uma proposta inicial de disciplinas, objetivos e público-alvo.

Pesquisa no mercado levou-nos a optar pela Universidade de Brasília (UnB) como instituição por excelência para ofertar aos servidores do Tribunal curso de especialização na área proposta. A UnB é mantida pela Fundação Universidade de Brasília (FUB) e detém competência técnica e acadêmica suficientes para formar especialistas do quadro de pessoal do Tribunal. De fato, o corpo docente alocado ao curso em questão é altamente qualificado, além de deter invejável reconhecimento no meio acadêmico brasileiro, junto ao qual goza de amplo prestígio.

A UnB apresentou proposta, alinhada às demandas apresentado pelo TCU, que sob a coordenação do Serviço de Pós-graduação do ISC (Sepog), foi amplamente discutida entre as unidades técnicas especializadas do Tribunal e os representantes da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) e da Faculdade do Gama (FGA), unidades da Universidade de Brasília (UnB) que serão responsáveis pela realização do curso, tendo sido acordados o conteúdo programático, disciplinas, ementas e demais aspectos pertinentes ao seu desenvolvimento.

7 Coordenação

O curso contará com uma comissão de coordenação pedagógica/acadêmica. Nessa comissão O TCU será representado pelo Serviço de Pós-Graduação do ISC, na pessoa do servidor Georges Marcel de Azeredo Silva como coordenador pedagógico, e pelo servidor da Sefti, Cláudio Silva da Cruz, Mestre em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação, como coordenador acadêmico. A UnB será representada pelo Prof. Rildo Ribeiro dos Santos, Doutor em Ciências em Física Aplicada e Computacional, ao qual caberá toda a responsabilidade pelas questões de ordem pedagógica e acadêmica.

8 Carga Horária

A carga horária do curso é de 368 horas de aulas presenciais. Após o período relativo às aulas, será destinado um prazo de até 6 (seis) meses para a elaboração e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

9 Período, Periodicidade e Horário

O curso tem duração máxima de 15 meses, com 9 meses para o cumprimento da carga horária de aulas presenciais, seis meses para a elaboração e defesa do trabalho de conclusão do curso.

Poderão ocorrer atividades, como seminários, palestras ou aulas, fora dos dias ordinariamente previstos. Esse expediente será utilizado para resolver algum tipo de conflito de agenda ou facilitar a logística para viabilizar a participação de convidados, sendo que o participante será avisado por meio de plano mensal de atividades.

O período semanal das aulas será das 8h às 12h nas segundas-feiras, das 19 às 23h nas terças-feiras e das 8h às 12h nas sextas-feiras, com o total de 12h/a semanais. As datas de início e término das aulas em cada um dos semestres serão:

	Início do período letivo	**Término do período letivo**
1º sem/2011	25/07/2011	02/12/2011
2º sem/2011	05/03/2012	26/06/2012
TCC	27/06/2012	15/12/2012[1]

[1] Já incluído o período para defesa do trabalho de conclusão de curso

As horas de curso realizadas no período regular de jornada de trabalho do TCU de que trata a Portaria 138 de 2008 serão computadas na jornada semanal do servidor até o limite de 8h semanais.

10 Conteúdo Programático

10.1 Disciplinas e carga horária

DISCIPLINAS	Carga horária
Metodologia de Pesquisa	32hs
Tópicos Especiais em Governança de TI	32hs
Governança Corporativa e da TI	40hs
Planejamento Estratégico e de TI	40hs
Análise de Investimentos em TI	40hs
Planejamento e Controle de Aquisições	32hs
Controles de TI	32hs
Modelos no contexto de Governança em TI	48hs
Gerenciamento de Riscos, Segurança e Continuidade	32hs
Competências conversacionais para o exercício da Governança	40hs
Total	**368 h**

10.2 Ementas das disciplinas

10.2.1 Metodologia de Pesquisa (32hs)

Identificação de objetivos, interesses e problemas de pesquisa. Bases metodológicas do delineamento de pesquisa. Pesquisa quantitativa, qualitativa e suas interfaces. Elaboração de projetos de pesquisa aplicados ao TCU. Uso das fontes de pesquisa. Estudos de caso e simulações. Elaboração de relatos de pesquisa.

10.2.2 Tópicos Especiais em Governança de TI (32hs)

Seminários e estudos, em tópicos de relevância para a Governança da TI.

10.2.3 Governança Corporativa e da TI (40hs)

Governança corporativa: conceitos, normas; Governança corporativa de TI. Conceitos, contextualização em relação à Governança Corporativa, ISO 38500. Processo decisório e negociação. Definição e identificação dos processos decisórios em TI. Definição de papéis e responsabilidades.

10.2.4 Planejamento Estratégico e de TI (40hs)

Funções do Estado. Conceito de estratégia. Processo de elaboração. Atores envolvidos na elaboração de estratégia. Planejamento Estratégico. Modelos de planejamento e a organização. Etapas do planejamento estratégico. Indicadores de desempenho para o planejamento e monitoramento. Balanced scorecard (BSC). Planejamento Estratégico no TCU. Relação entre metas e estratégia da organização e a estratégia de TI. Planejamento de TI e níveis de serviço. Definição de arquitetura corporativa de TI alinhada com a estratégia de negócio. Estudos de Caso.

10.2.5 Análise de Investimentos em TI (40hs)

Processo decisório em tecnologia da informação. Métodos de análise econômica de investimentos em tecnologia da informação. juros, sistemas de capitalização e equivalência de capitais. Técnicas de fluxo de caixa descontado: VPL, TIR, TIRM, VAUE e Payback. Custo e estrutura do capital corporativo. Estruturação e análise de fluxo de caixa corporativo. Métodos de avaliação multicriterial de investimentos em tecnologia da informação. Análise de desempenho de investimentos em tecnologia da informação – medidas de desempenho econômico e medidas de desempenho multicriterial.

10.2.6 Planejamento e Controle de Aquisições (32hs)

Alinhamento das aquisições de TI com planejamento estratégico. Desafios das contratações de TI no setor público: processo de licitação e contratação, terceirização. Controle e governança de contratos de serviços de TI.

10.2.7 Controles de TI (32hs)

Princípios de auditoria. Importância dos controles internos na governança de TI. Principais normas aplicáveis na governança de TI na administração pública. Desenvolvimento de controles internos. Coleta e análise de dados. Relatórios: auditoria interna e controle externo. Perfil da governança de TI do TCU de 2007 a 2010. Práticas em desenvolvimento de mecanismos de controle. Práticas de auditoria de mecanismos de controle.

10.2.8 Modelos no contexto de Governança em TI (48hs)

Apresentação dos frameworks e modelos de melhores práticas para Governança da TI: COBIT, ITIL, CMMi, MPs-Br, TOGAF. Estudo e diagnóstico do cenário atual de Governança em uma instituição. Processos e mecanismos de seleção das melhores práticas para configurar um modelo de Governança próprio.

10.2.9 Gerenciamento de Riscos, Segurança e Continuidade (32hs)

Segurança da informação: conceitos, família ISO 27000. Técnicas de gerenciamento de riscos. ISO 31000. Alinhamento da gestão de riscos com os demais programas de gestão da organização. Gestão estratégica dos riscos da TI. Política de gestão de risco. Estrutura de gestão de riscos. Mecanismos de controle interno na gestão de riscos. Aspectos de continuidade de negócios. Componentes para o plano de gerenciamento de crises, componentes do plano de continuidade operacional. Componentes do plano de recuperação de desastres. Análise crítica das normas GSI.

10.2.10 Competências conversacionais para o exercício da Governança (40hs)

No desenvolvimento das competências conversacionais são abordados vários consistindo na discussão: de gestão, de desenvolvimento humano, de relacionamentos e de tudo isso juntos. Partindo de uma reflexão sobre o que significa ser humano e, mais particularmente, sobre o que significa ser humano (um simples recurso?) no âmbito de uma organização. A seguir, sob a interpretação de que uma organização é uma rede dinâmica de conversações, aborda-se a questão das conversas nas organizações, no que consistem, como se constituem e para que são utilizadas no dia-a-dia das organizações.

11 Corpo Docente

O corpo docente do curso de Especialização em Governança de Tecnologia da Informação será constituído por professores e profissionais com reconhecido competência na área do curso, incluído servidores do próprio TCU.

Além da atividade docente, os professores assumem a atividade de orientação conforme regras da Universidade de Brasília.

Carlos Mamede	**TCU/Mestre**
Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) desde 1990, tendo atuado nas áreas de desenvolvimento de sistemas (1990 a 1993), suporte de bancos de dados (1993 a 1996), bem como em projetos, como o do sistema de armazenamento e recuperação da jurisprudência do TCU e da rede computadores do TCU (1993 a 1994). Também atuou como assessor do Secretário de Tecnologia da Informação (1996 a 2005), participando da especificação de diversas soluções de Tecnologia da Informação e no planejamento de ações e do orçamento da área de Tecnologia da Informação (TI) do TCU. Atua hoje em auditoria de TI na Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU (Sefti). Fez graduação como Tecnólogo em Processamento de Dados (1988, Universidade de Brasília - UnB) e especialização em Redes de Computadores (1990, Universidade Católica de Brasília - UCB). É Mestre em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (UCB, 2003). Adicionalmente, é certificado CISA - Certified Information Systems Auditor (ISACA, 2009), ITIL Foundations v2 - Information Technology Infrastructure Library (EXIN, 2006), Melhoria do Processo de Aquisição de Software - P4-MPS.BR (SOFTEX, 2006), ECPE - Exam for the Certificate of Proficiency in English (University of Michigan, 2008) e DELE - Diploma de Español como Lengua Extranjera - Nível Superior (Instituto Cervantes, em nome do Ministerio de Educación de España, 2007).	
Cláudio Silva da Cruz - Coordenador Acadêmico (TCU)	**TCU/Mestre**
Auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo atuado como Chefe de Segurança da Informação (1996/1997), Diretor de Produção (1998) e Secretário de Tecnologia da Informação (2001/2006). Atua hoje em auditoria de TI na Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU. É professor do curso de pós-graduação em Governança de TI da Fundação Universa/Universidade Católica de Brasília (UCB) e na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). É graduado em Agronomia (1989, UnB), especializado Análise de Sistemas (ENAP, 1990), Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (UCB, 2001) e Gestão Estratégica do Conhecimento e da Inteligência Empresarial (PUC/PR, 2003). É Mestre em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (UCB, 2008), com ênfase em Contratações de Serviços de TI no setor público. Membro/Fundador do Capítulo ISACA Brasília (*Information Systems Audit and Control Association*). É certificado CGEIT (Certified in the Governance of Enterprise IT, ISACA, 2009) e em Melhoria do Processo de Aquisição de Software (SOFTEX, 2007). Membro do grupo laureado com o Prêmio Dorgival Brandão Júnior da Qualidade e Produtividade em Software, do PBQP-SW / MCT, com o Projeto Processo de Contratação de Software e Serviços Correlatos para Entes Governamentais, em 2010.	
Cristiane Soares Ramos	**FGA/ Mestre**
Professora Assistente na Faculdade Gama (FGA) da Universidade de Brasília (UnB), curso de Engenharia de Software. Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação – área de concentração: Engenharia de software; Bacharel em Ciência da Computação e Tecnóloga em Processamento de Dados, pela Universidade Católica de Brasília. É credenciada pela Softex como Implementadora e Avaliadora do MPS.BR. Tem experiência em: desenvolvimento de software; gerência de projetos; implantação de processos segundo os modelos MR-MPS e CMMI; e avaliação segundo o MA-MPS / SCAMPI. Experiência em definição e melhoria de processos de software, implantação dos modelos de qualidade CMMI / MPS.BR, auditorias de qualidade e avaliação independente de garantia da qualidade de processo e produto. Exerce atividades como docente desde 2005 em cursos de pós-graduação ministrando disciplinas relacionadas à Qualidade de Software e Melhoria de Processos de Software.	
Edna Dias Canedo	**FGA/ Doutoranda**
Professora Assistente na Faculdade Gama (FGA) da Universidade de Brasília (UnB), curso	

de Engenharia de Software. Doutoranda em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UNB). Mestre pela Universidade Federal da Paraíba UFPB. Área de concentração: Sistemas de Software. Área Especifica: Engenharia de Software, título concedido em 29.08.2002. Graduada em Análise de Sistemas pela Universidade Salgado de Oliveira; Goiás (1999). Atua na área de desenvolvimento de sistemas desde 1998, tendo trabalhado como Analista de Sistemas na Empresa de Processamento de Dados do Estado de Goiás Prodago, até o ano de 2000. Em Brasília atuou na Poliedro como Consultora de Desenvolvimento e Gerência de Projetos e como Analista de Sistemas Pleno em Desenvolvimento na ECT - Empresa de Correios e Telégrafos até abril de 2010, desenvolvendo atividades na área de Governança em Tecnologia da Informação na implantação do framework COBIT. Desde 2000 dedica-se a atividades de docência universitária nos cursos de graduação e pós-graduação, atuando na área de Governança em Tecnologia da Informação, Sistemas de Software, Redes de Petri, Gerência de Projetos, e Engenharia de Software: Orientação a Objetos, Teste de Software e Arquitetura Orientada a Serviços.	
Gentil José de Lucena Filho	**UCB/ PhD**
Professor universitário há 37 anos, é físico de formação, é M.Sc. em Sistemas e Computação pela UFPB (1974) e Ph.D. em Systems Design pela University of Waterloo/Canadá (1978). Fez pós-doutorado em Inteligência Artificial, na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, e tem curso de especialização em Planejamento Estratégico Situacional com Carlos Matus. É *coach* ontológico certificado por Julio Olalla e Rafael Echeverría, desde 1997, pela antiga *The Newfield Group*, em parceria com o Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM). É sócio e consultor sênior da Construindo Juntos – *Coaching*, Treinamento e Consultoria. Vem se dedicando a disseminar a pesquisa e a prática de *coaching* e de competências conversacionais em instituições brasileiras. Atualmente, é Professor Adjunto da Universidade Católica de Brasília, no Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, desenvolvendo pesquisas nas áreas de *coaching*, competências conversacionais, aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento	
Francisco Antônio Coelho Junior	**FACE/ Dr.**
Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2002), Mestrado em Psicologia pela Universidade de Brasília (2004) e Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e Organizações pela Universidade de Brasília (2009). Atualmente é Professor Adjunto vinculado ao Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Tem experiência nas áreas de psicologia e administração, com ênfase em Aprendizagem Informal no Trabalho, Treinamento, Avaliação e Construção de Medidas. Tem desenvolvido estudos sobre as relações preditivas entre percepções coletivas de suporte à aprendizagem informal no trabalho e desempenho individual. Atua na investigação de temas referentes à gestão de pessoas nas organizações, principalmente nas seguintes linhas de pesquisa: impacto de treinamento presencial e a distância no trabalho, desempenho individual no trabalho, satisfação no trabalho, clima e cultura organizacionais, recrutamento e seleção, aprendizagem individual e coletiva no trabalho, plano de cargos e de salários, remuneração estratégica, suporte à aprendizagem informal nos níveis individual e de contexto, avaliação de treinamento presencial e a distância, avaliação de programas, preditores de desempenho no trabalho e outros grandes temas na área de gestão de pessoas e das organizações. Tem interesse no estudo da gestão de desempenho em Organizações de natureza pública.	
Luiz Carlos Miyadaira Ribeiro Junior	**FGA/ Dr.**
Professor Adjunto Faculdade Gama (FGA) da Universidade de Brasília (UnB), curso de Engenharia de Software. Doutor em Engenharia Elétrica com ênfase em Sistemas Digitais pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) e mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atua em Engenharia de Software e possui larga experiência profissional na área de desenvolvimento e manutenção de software, tendo atuado em grandes empresas de TI, tendo como clientes grandes bancos públicos, órgãos da Justiça Federal e Ministérios. Foi gestor de projetos de desenvolvimento e	

manutenção de software e de programas de melhoria de processos de software, baseado nos modelos de melhoria de processos CMMI e MPS, com a avaliação da empresa nos níveis 5 CMMI e A MPS.	
Rejane Maria da Costa Figueiredo (coordenadora UnB/ FGA)	**FGA/ Dra.**
Possui doutorado em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia de São Carlos - EESC/USP (2002), área de terceirização de serviços de tecnologia da informação, mestrado em Ciências da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo – ICMC/USP (1997), área de engenharia de software - engenharia reversa de software, e graduação em Análise de Sistemas pela Universidade de Ribeirão Preto (1990). Desenvolve atividades acadêmicas como professora e orientadora nas áreas de Qualidade de Software e Aquisição de Software, e Governança em Tecnologia da Informação: Contratação de Serviços de TI. Atualmente professora e coordenadora do curso de Engenharia de Software da Faculdade FGA Gama, da Universidade de Brasília - UNB. É membro do Conselho de Informática da UNB, como representante FGA - Comitê de Usuários. É membro da Comissão de Planejamento e Gestão da FGA, membro da Comissão de Tecnologia da Informação da FGA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq UnB Governança em TI. Membro da SBC (Sociedade Brasileira de Computação). Membro/Fundador do Capítulo ISACA Brasília (*Information Systems Audit and Control Association*). Interesse de pesquisa na área de Engenharia de Software - Qualidade de Software; Governança em Tecnologia da Informação: Contratação de Serviços de TI; Outsourcing/Terceirização; Qualidade de Serviços. Implementadora do Modelo Brasileiro de Processos de Sofware (MPS.BR). Laureada como coordenadora, com as classificações da Revista VOCÊ S/A - Melhores MBA de Tecnologia da Informação: Lato Sensu Engenharia de Software (2007) e (2008); MBA Governança em TI (2008). Membro do grupo laureado com o Prêmio Dorgival Brandão Júnior da Qualidade e Produtividade em Software, do PBQP / MCT, com o Projeto Processo de Contratação de Software e Serviços Correlatos para Entes Governamentais, em 2010.	
Ricardo Corrêa Gomes	**FACE/ Dr.**
Professor Adjunto da UnB, doutor pela *University of Aston* (Grã-Bretanha), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2. Possui Doutorado em Administração Pública na Universidade de Aston Reino Unido em 2003. Mestrado em Administração Pública pela EBAPE/FGV. Atua na área de administração, com ênfase em administração pública. Suas áreas de interesse são administração municipal, gerenciamento de *stakeholders*, indicadores de desempenho e planejamento estratégico. Atualmente é Vice-Presidente para a América do Sul e Central da *International Research Society for Public Management* - IRSPM. Sociedade com sede em Zurique e que congrega pesquisadores de todo o mundo. É representante da América do Sul no Conselho Editorial da revista científica *International Journal of Public Sector Management* IJPSM.	
Rildo Ribeiro dos Santos (coordenador UnB /FACE)	**FACE/ Dr.**
Professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB), no Departamento de Administração da Faculdade de Economia Administração Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação - FACE. Bacharel em Ciências da Computação, pela USP, 1989, Mestre em Ciências-Matemática Aplicada e Computacional, USP (1993) e Doutor em Ciências em Física Aplicada e Computacional, Instituto de Física de São Carlos, USP (1997). Professor no departamento de ciência da computação (DCE) no IBILCE-UNESP, São José do Rio Preto, no período de 1994 a 2001. Consultor de projetos na área de BI a partir de 2001. Professor do programa de mestrado em Gestão de Conhecimento e Tecnologia da Informação (MCGTI) na Universidade Católica de Brasília (UCB), no período de 2002 a 2008, onde desenvolveu pesquisas e orientou dissertações de mestrado envolvendo governança da tecnologia de informação e suas aplicações no setor público. Foi coordenador de cursos de MBA em Governança da Tecnologia de Informação e *Lato Sensu* em Arquitetura Orientada a Serviços pela Fundação Universa. Membro/Fundador do Capítulo ISACA Brasília (*Information Systems Audit and Control Association*). As principais áreas de interesse de pesquisa em governança de tecnologia da informação, planejamento estratégico da TI, arquitetura corporativa da TI, gerenciamento de projetos orientado a valor.	

Valmir Emil Hoffmann	**FACE/ PhD**
Concluiu o doutorado em Administração de empresas - Universidad de Zaragoza em 2002. Atua como professor e pesquisador no Programa de Mestrado Acadêmico em Administração e no Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Publicou 23 artigos em periódicos, 75 em anais de eventos e 6 capítulos de livros (dois deles na Espanha) e 2 livros, sendo 1 deles também na Espanha. Concluiu 13 orientações de mestrado e está orientando outras 4 dissertações e duas teses de doutorado. Produziu 75 trabalhos técnicos, entre consultorias e disciplinas em cursos de especialização. Sua linha de pesquisa tem se centralizado em competitividade e estratégia, notadamente em temas ligados às relações inter-organizacionais, como redes de empresas e instituições, aglomerações territoriais e clusters, em empresas de manufatura e no turismo.	
Sergio Antônio Andrade de Freitas	**FGA/ Dr.**
Possui graduação em Engenharia Elétrica (ênfase eletrônica) pela Universidade Federal de Uberlândia (1990), mestrado em Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993) e doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005). Atualmente é colaborador em programa de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e Diretor de Ensino e Graduação a Distância do Decanato de Graduação / UnB. Tem experiência na área de Ciência da Computação e Engenharia de Computação, foi diretor de Pesquisa e Pós-Graduação da PRPPG / UFES, Coordenador de Graduação do curso de Engenharia de Computação (UFES) e Diretor Geral do Núcleo de Processamento de Dados / UFES.	

12 Metodologia

Preferencialmente, norteará o desenvolvimento das aulas e do processo de ensino aprendizagem a teoria de aprendizagem situada. Esta teoria tem aplicações no contexto de educação corporativa, pois englobam o conhecimento dos participantes e suas aplicações práticas nas atividades de trabalho.

As atividades pedagógicas serão desenvolvidas segundo uma abordagem que privilegie a associação entre teoria e prática, por meio de aulas expositivas, discussões e trabalhos em grupo, estudos de casos, pesquisas de campo, leitura crítica de textos, debates em sala de aula, seminários e palestras com profissionais e professores convidados, além de outras atividades julgadas pertinentes pelos professores e alunos.

Ressalte-se que, na realização dessas atividades didáticas, o objetivo maior é estabelecer não apenas o trânsito entre trabalho e educação, como é comum e desejado em um processo de formação em serviço, mas também uma rede de interconexões entre os saberes e as práticas que fundamentam o campo do controle governamental.

13 Interdisciplinaridade

O centramento do curso nas questões referentes à Governança de TI, requer a inter-relação entre o conhecimento das várias disciplinas aplicadas ao curso. Espera-se que os alunos percebam essa relação

e saibam localizá-la e aplicá-las no seu ambiente profissional. Mais especificamente, o diálogo necessário entre as diversas áreas de saber será incentivado na elaboração do trabalho de conclusão do curso, o qual, mesmo quando situado em um aspecto específico a ser abordado, não poderá deixar de fazer referência ao conjunto das disciplinas do curso.

14 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Após o término das disciplinas presenciais, o discente deverá elaborar e apresentar um trabalho de conclusão de curso, definido pela coordenação como sendo um artigo. O TCC deverá ser elaborado individualmente. Para a elaboração do TCC será designado um Professor Orientador credenciado pela Comissão de Coordenação do curso. O TCC seguirá as normas de padronização editadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).

Os alunos deverão entregar à coordenação do curso, em prazo fixado pela banca examinadora, não superior a 60 (sessenta) dias a contar da manifestação da banca, exemplar da versão final do TCC aprovado, em padrão definido, em meio eletrônico para divulgação na biblioteca digital e confecção de publicação pelo TCU.

15 Atividades Complementares

O curso dispõe de uma disciplina – Tópicos Especiais em Governança de TI – que poderá ser ministrada por meio de atividades especiais como eventos coordenados e estudos. Independentemente da programação dessa disciplina, outras atividades complementares poderão ser desenvolvidas pela Coordenação do curso, como a participação em eventos e visitas, devendo ocorrer de acordo com a disponibilidade dos alunos e do interesse das instituições participantes.

16 Tecnologia

Além das comunicações e do atendimento alternativo, que serão feitos via e-mail, os alunos serão inscritos em uma comunidade virtual de aprendizagem, que receberá o nome do curso, para facilitar a interação tanto entre alunos e professores, como entre os próprios alunos. Essa comunidade é parte da plataforma de ensino à distância da UnB, baseada no sistema Moodle.

17 Infraestrutura Física

As aulas serão ministradas nas dependências da FACE/UnB, na Asa Norte, em Brasília-DF. Além disso, o curso contará com o apoio das bibliotecas do TCU e da UnB.

18 Seleção e Matrícula

Para dar transparência, publicidade e oportunidade a todos, a seleção dos candidatos é feita por meio da aplicação de critérios objetivos publicados em edital elaborado pelo ISC visando à classificação de candidatos com o perfil mais adequado para o curso.

Os selecionados devem desenvolver um anteprojeto de pesquisa, vinculando-o aos interesses do TCU e, em particular, aos trabalhos desenvolvidos em suas unidades de lotação.

Os alunos aprovados no processo seletivo devem apresentar, no ato da matrícula, cópia autenticada do diploma de curso superior ou documento que o substitua legalmente, histórico escolar, documentos de identificação (RG e CPF), 2 (duas) fotos 3x4, formulário de matrícula com autorização da chefia e assinatura de termo de responsabilidade, além de outros documentos exigidos pela UnB.

19 Controle de Frequência

O controle de frequência será realizado pela coordenação do curso, exigindo-se no mínimo 75% de presença por disciplina. Mensalmente a UNB encaminhará ao ISC relatório da frequência dos servidores para os devidos ajustes no banco de horas, até o limite autorizado pelo Tribunal.

20 Sistemas de Avaliação

20.1 Avaliação da Aprendizagem

O rendimento escolar será aferido por disciplina, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e eficiência, ambos eliminatórios por si mesmos, sendo que a eficiência poderá ser medida por meio de provas, seminários e trabalhos, individuais ou em grupo.

Para obter o certificado de Pós-graduação Lato Sensu em Governança em TI, além de atender ao previsto nas normas relativas à pós-graduação da UnB, o aluno deverá:

- Ter presença obrigatória nos encontros presenciais previstos para exames e apresentação do artigo como trabalho de conclusão;
- Ser aprovado com conceito MM ou superior, nos módulos;
- Escrever, individualmente, sob a orientação de um professor do corpo do docente da Pós-graduação, artigo a ser submetido a uma Comissão Examinadora;
- Ter esse artigo aprovado.

As menções atribuídas aos alunos constam do Quadro a seguir.

Quadro 1: Equivalência das Menções utilizadas na UnB

Menção	Equivalência Numérica
SS	9,0 – 10,0
MS	7,0 – 8,9
MM	5,0 – 6,9
MI	3,0 – 4,9
II	0,1 – 2,9
SR	Zero

O resultado da avaliação poderá ser objeto de recurso a ser interposto pelo interessado e protocolado na secretaria do curso nos 5 dias úteis subseqüentes à divulgação da avaliação pelo professor, podendo o aluno ter vista de sua prova. O recurso deverá ser analisado e devolvido pelo professor à Comissão de Coordenação do curso, que notificará a decisão ao interessado em 10 dias úteis.

20.2 Avaliação do trabalho de conclusão do curso

O exame do trabalho de conclusão do curso será realizado por uma Banca Examinadora, de acordo com as normas da Universidade de Brasília, executora do curso.

20.3 Avaliação das disciplinas pelo aluno e pelo professor

Cada disciplina será avaliada pelos alunos e pelo professor ao término das aulas, utilizando-se o sistema de Avaliação do Impacto do Treinamento no Trabalho (Impact), instrumento de avaliação criado para produzir informações sistemáticas que viabilizem a aferição do nível satisfação em relação aos treinamentos oferecidos, obtendo resultados mais objetivos, estruturados e quantificáveis.

Ao término de cada disciplina o ISC encaminhará ao servidores questionário de avaliação da referida disciplina.

O mesmo instrumento é respondido pelos professores que terá a oportunidade de avaliar o curso e apresentar propostas para o seu aperfeiçoamento.

Ao final do curso será realizado seminário de avaliação com a participação dos alunos, professores e especialistas nos temas abordados no curso. A partir dessa avaliação são tirados indicativos para o aperfeiçoamento do curso em edições posteriores.

21 Certificação

Os certificados serão emitidos pela UnB, após concluídas todas as atividades do curso e recebidos todos documentos de avaliação. Para fazer jus ao correspondente certificado, o aluno deverá ter frequência e nota mínima exigida para cada disciplina, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC, devendo ainda ter recebido o conceito “aprovado” no Trabalho de Conclusão de Curso, de acordo com calendário e demais regras estabelecidas.